

AS NEO-EUROPAS E A ESTÉTICA DO FRIO

Ian Alexander

... o frio, símbolo do Rio Grande do Sul; o frio que inventa em nós uma contrapartida para cada característica definidora dos “brasileiros”; o frio definidor do gaúcho, que é muito mais brasileiro do que pensa ...

Vitor Ramil

Por circunstância, por hábito, por gostar mesmo, busco automaticamente os paralelos e as divergências entre a minha cultura e a cultura daqui, que quer dizer, na construção mais simples, entre a cultura de quem nasceu em Sydney e aquela de quem mora em Porto Alegre. Virou automático me perguntar “com quem no meu mundo devo comparar Machado de Assis ou Simões Lopes Neto?”, “quem é o meu equivalente de Erico Verissimo ou de Nelson Rodrigues?”, “o que acontece se eu faço a transposição para a minha cultura de Monteiro Lobato ou de Vitor Ramil?” Leio, no encarte do CD *Ramilonga: A estética do frio*, “o frio que inventa em nós uma contrapartida para cada característica definidora dos ‘brasileiros’; o frio definidor do gaúcho, que é muito mais brasileiro do que pensa”: como traduzir essa percepção para o meu contexto? Olho o ensaio de Ramil, “A estética do frio”, no livro *Nós, os Gaúchos*, e penso “se fosse ensaio meu, caberia em qual livro? Quem seríamos nós?”

O ponto de partida deve ser a resposta mais óbvia: se *nós* aqui se refere aos habitantes de determinado estado de uma federação, e se o sujeito que faz a pergunta vem de outra federação, o *nós* dele deve ser os habitantes do estado dele. Me parece que, por pelo menos dois motivos, não funciona assim. Em primeiro lugar, o meu estado, o estado de qual Sydney é capital, se chama New South Wales. Geralmente se diz Nova

Gales do Sul em português, mas no inglês não fica inteiramente claro se é para ser a versão nova do sul do país de Gales ou a versão nova no hemisfério sul de todo o país de Gales. Já que, de fato, não é nem uma coisa nem a outra, acaba sendo um concorrente muito forte no campeonato de nomes esquisitos deixados pela colonização. (Falando nisso, se o desenvolvimento econômico do Brasil tivesse se dado de outra maneira, o país poderia ter recebido o nome de outro produto de exportação, e moraríamos em Açúcar, Ouro, Café, Borracha, Bossa Nova ou Etanol.) Habitantes do meu estado, se for realmente necessário nomeá-los coletivamente, são “New South Welshmen” ou seja, “Novos Galeses do Sul”. Não é de se surpreender que os meus concidadãos não se identifiquem muito fortemente com tal patronímico: um livro chamado *Nós, os Novos Galeses do Sul* seria uma piada.

Mais do que isso, seria desnecessário, porque, no contexto australiano, são os outros que precisam se definir, não nós. Pegando os estados que ocupam as extremidades norte e sul do país, já não seria tão difícil imaginar livros com os títulos *Nós, os Queenslandenses* e *Nós, os Tasmanianos*, mas todo mundo sabe que o meu estado tem a maior população e a maior e mais conhecida cidade, que a Austrália começou conosco, e que livro nosso se chamaria não *Nós, os Novos Galeses do Sul*, mas *Nós, os Australianos*, e incluiria os outros estados. O Rio Grande do Sul produz livros desse tipo porque a questão da identidade é viva. A questão da identidade tem três partes: primeiro, “reconheço que o centro fica em outro lugar, não aqui”; segundo, “reconheço que a minha cultura não é igual à cultura lá do centro”; e terceiro, “não aceito, porém, que ser diferente é ser secundário”. Nova Gales do Sul não se encontra na mesma situação, mas a Austrália sim: o livro *Nós, os Australianos* poderia muito facilmente começar, como começa de fato *Nós, os Gaúchos*, com três grupos de ensaios sob os subtítulos “Nós e o resto do mundo”, “Nós quem?” e “Então nos pilchamos”, entendendo este último como uma indagação sobre a tendência australiana de voltar ao mito da década de 1890, aquele do homem do campo, o desbravador, desconfiante da autoridade, irônico perante as dificuldades, solidário até a morte, e nem sempre perfeitamente sensível com as mulheres.

Então, num livro com aquele título e aquele problema, como ficariam as frases de Vitor Ramil? Creio que seria assim: “o calor que inventa em nós uma contrapartida para cada característica definidora dos ‘britânicos’; o calor definidor do australiano, que é muito mais britânico do que pensa”. Propor essa equivalência não implica nenhum projeto de ordem política. Em 1838, a Austrália pertencia ao Império Britânico, enquanto o Rio Grande do Sul era independente do Império Brasileiro; em 2008, a situação é o contrário. Em termos de cultura e de identidade, porém, as relações entre centro e província nos dois casos continuam comparáveis. A Austrália é um país soberano, mas nem por isso deixa de ser uma pequena parte do mundo cultural de língua inglesa; o Rio Grande do Sul é um estado federado do Brasil, mas mesmo se não fosse, continuaria a comprar produtos culturais do país maior e a tentar vender seus próprios produtos culturais nos mercados dele. Na próxima parte deste ensaio, procuro quantificar a minha percepção da comparabilidade do Rio Grande do Sul com a Austrália, para depois voltar para Vitor Ramil e o Frio.

Quatro impérios, Três Neo-Europas, sete países

Alfred Crosby descreve a expansão europeia do último meio milênio em termos ecológicos, como a implantação e a proliferação de organismos europeus: seres humanos, espécies domesticadas e doenças. Baseado nessa visão, ele divide o mundo em quatro zonas (CROSBY, p. 146-149). A primeira distinção é aquela entre o Velho Mundo, que a Europa compartilha com a África e a Ásia, e o Novo Mundo, composto da América e da Oceania. O Velho Mundo não se europeizou, principalmente porque lá as doenças levadas inadvertidamente pelos colonizadores não resultaram na destruição de populações inteiras. As duas quase-exceções são as populações de origem holandesa e britânica no sul da África e a estreita faixa russificada entre Moscou, na Europa, e Vladivostok, no Mar do Japão. Dentro do Novo Mundo, Crosby estabelece uma divisão climática entre a zona fria (onde os vikings fracassaram na sua tentativa de colonizar a América e que mesmo hoje

tem pouca população), a zona tropical (onde o domínio europeu se deu principalmente através do trabalho forçado de não-europeus) e as Neo-Europas, onde foi surpreendentemente fácil estabelecer o domínio do gado, do trigo e das populações de pele clara. Na memória sul-riograndense, é “onde tudo que se planta cresce”.

Seis impérios europeus se estabeleceram no Novo Mundo. A Groenlândia, na zona gélida, ainda pertence à Dinamarca; apesar de ter fundado a cidade de Nova York (então Nova Amsterdã), a influência holandesa agora se restringe à zona tropical de Suriname e das Antilhas. Dentro da faixa neo-européia, portanto, existem países e províncias herdeiros de quatro impérios, e onde se falam quatro idiomas: o espanhol, o português, o francês e o inglês. Formam-se assim cinco regiões lingüísticas: a América hispanófona, a América lusófona (também conhecida como o Brasil), a América francófona, a América anglófona e a Oceania anglófona ou a Australásia.

Culturalmente, uma “Neo-Europa” não se define por ser uma região onde a grande maioria da população tem pele clara, mas por ser uma região onde tal maioria se estabeleceu logo no início da sua colonização e se manteve por um período suficiente para construir uma nova sociedade baseada muito fortemente nas normas européias. A cultura, porém, não é transmitida geneticamente: não existe nenhum motivo para identificar qualquer característica cultural – positiva ou negativa – com os traços do rosto ou a cor da pele. Uma simples visita ao Parque Redenção em Porto Alegre demonstra que certos hábitos culturais de origem americana, africana e européia (por exemplo, tomar chimarrão, praticar capoeira e ler livros) agora podem pertencer a todos, sem nenhuma restrição quanto à ascendência étnica. Por outro lado, as leis, o idioma, a organização social e o próprio conceito do parque são derivados da experiência européia.

Na definição de Crosby (p. 149), as Neo-Europas são três, localizadas na América do Sul, na América do Norte e na Australásia. A primeira é “o pampa úmido, que tem no seu centro a cidade de Buenos Aires”, e cujos limites são identificados com Bahia Blanca no sul, Córdoba no oeste e Porto Alegre no norte, abrangendo a chamada “metade sul” do Rio Grande do Sul. No entanto, a definição não é exata, porque

a região também é descrita como incluindo “dois terços dos habitantes da Argentina, e todos os do Uruguai e do Rio Grande do Sul”. Assim, o seu núcleo histórico e ecológico é o pampa, ao qual a região colonial da serra também pode ser anexada. Nascido em Boston e formado em Harvard, Crosby gasta pouca energia em definir a sua Neo-Europa natal: “o terço oriental dos Estados Unidos e do Canadá” é uma área muito vasta, que inclui tanto os povoados gélidos onde morreram os vikings quanto as plantações subtropicais onde sofreram os escravos. Mais específica é a referência aos dois pontos de partida da colonização britânica e francesa, Jamestown e Quebec. O triângulo formado por estes dois pontos junto com Chicago recorta uma área bem menor que aquele “terço oriental”, mas que ainda abrange Washington, Filadélfia, Boston, Montreal, Toronto, Detroit e o grande centro de população, de capital e de prestígio que é Nova York. No Pacífico, Crosby identifica como neo-europeu “o canto sudeste da Austrália, definido pelo mar e por uma linha traçada entre Brisbane e Adelaide, mais a Tasmânia”, junto com “toda a Nova Zelândia, menos a parte elevada e fria e a costa oeste da Ilha do Sul”. Essa região inclui Sydney, Melbourne e Auckland e as duas capitais mais meridionais no mundo, Canberra e Wellington.

Cada Neo-Europa se centra num país e, mais especificamente, numa cidade que é a maior daquele país e também a maior da região: Buenos Aires na Argentina, Nova York nos Estados Unidos e Sydney na Austrália. Esses três países se estendem além da zona neo-européia que, por sua vez, se estende além das fronteiras daqueles países, ou seja, Buenos Aires é o centro populacional tanto da Argentina quanto da região do pampa, mas a unidade política e a unidade ecológica não são iguais. A Argentina inclui áreas que não são neo-européias, e a Neo-Europa pampiana inclui áreas que não são argentinas, e essa situação se repete com os Estados Unidos e a Austrália nas zonas do Atlântico Norte e do Pacífico Sul.

Cada um desses três países centrais é uma federação, formado de estados ou de províncias, e cada Neo-Europa também inclui uma área vizinha onde se fala a mesma língua do país central e que, salvo os acidentes da história, poderia coerentemente ter integrado a mesma federação. O território que veio a ser o país do Uruguai foi governa-

do a partir de Buenos Aires depois de 1618, e chegou a pertencer ao Vice-Reino do Rio da Prata, criado na década de 1770. Foi somente com as guerras do período napoleônico que deixou definitivamente de fazer parte da unidade política que hoje se chama Argentina. O mesmo período (entre a década de 1770 e o período napoleônico) também definiu a relação entre as colônias britânicas que se tornaram os Estados Unidos e aquelas que formaram o núcleo do Canadá. Foi na década de 1770 que a Revolução Americana criou a divisão entre os republicanos rebeldes ao sul dos lagos Erie e Ontário e os monarquistas leais ao norte, e foi na Guerra de 1812 que os Estados Unidos tentaram invadir o Canadá e foram definitivamente repelidos. Na Australásia, a colonização britânica nem tinha começado na década de 1770; quando Napoleão foi derrotado em Waterloo, havia povoados britânicos no continente australiano e nas ilhas de Tasmânia e Nova Zelândia (embora sem esses nomes), mas todos ainda faziam parte da mesma colônia de Nova Gales do Sul. Na década de 1890, com a divisão desta e a criação de outras, o número total de colônias britânicas na região tinha chegado a sete, das quais seis resolveram formar (dentro do Império Britânico) uma federação que veio a se chamar de Austrália, enquanto a sétima, a Nova Zelândia, resolveu continuar como antes: parte do Império, mas não da federação. Não houve nenhuma tentativa de usar a força para mudar esse resultado das urnas.

Dessa maneira, cada Neo-Europa tem um país central e um segundo país da mesma origem imperial, mas com população menor. Em termos das suas populações atuais, a Argentina é doze vezes maior que o Uruguai, os Estados Unidos também são doze vezes maior que o Canadá, enquanto a Austrália é somente cinco vezes maior que a Nova Zelândia, da qual é separada pelo mar. O Uruguai e a Nova Zelândia são países inteiramente neo-europeus, enquanto o núcleo do Canadá é neo-europeu, mas o território do país se estende muito além daquela zona.

A Neo-Europa da Australásia é a única onde não há uma fronteira lingüística. Nas Américas do Norte e do Sul, o embate entre os vários impérios europeus deixou comunidades de origens diferentes dentro de cada Neo-Europa. Essas comunidades (o Quebec e o Rio Grande do Sul) são semelhantes no sentido de fazerem parte de zonas neo-eu-

ropéias que falam um idioma diferente do seu, e também por não se identificarem plenamente com a cultura de seu país, mas também há diferenças cruciais que quase anulam as semelhanças.

O Quebec faz parte do Canadá: um país neo-europeu, mas de língua e de origem cultural diferente; o Rio Grande do Sul é o contrário: faz parte de um país não essencialmente neo-europeu, mas de mesma língua e origem cultural. Enquanto o Quebec sofre uma tripla relação de secundariedade (com o centro da cultura da sua língua na França, com o centro político no Canadá e com o centro neo-europeu nos Estados Unidos), a situação do Rio Grande do Sul se reduz a uma relação dupla: com o centro neo-europeu do Prata e com o próprio Brasil, que é ao mesmo tempo sua referência política e lingüística, sendo o país do qual o estado é uma unidade federada e também o centro mundial da cultura lusófona.

Oito Nações

A Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia são países essencialmente neo-europeus e essencialmente monoglotas, e cada um possui uma certa identidade cultural: podemos falar tanto no país Argentina quanto na nação argentina. Os outros casos são diferentes: o Canadá é um país essencialmente neo-europeu, mas dividido entre dois idiomas, enquanto o Rio Grande do Sul é a porção neo-européia de um país cujo centro fica na zona tropical. Nestes casos, não é tão fácil reduzir o conceito de nação (grupo cultural) às fronteiras de um país (unidade política). Sem negar a existência de uma “nação brasileira” e uma “nação canadense”, parece útil falar também em termos de uma “nação sul-rio-grandense”, uma “nação quebequense” e uma “nação anglo-canadense”.

No seu *Dicionário das Relações Internacionais*, Graham Evans e Jeffrey Newnham definem “nação” como:

uma coletividade social, cujos membros compartilham alguns ou todos dos elementos seguintes: um sentimento de identidade comum, uma história, uma

língua, origens étnicas ou raciais, religião, uma vida econômica comum, uma localização geográfica e uma base política. (EVANS, p. 343).

No caso do Rio Grande do Sul, cada uma dessas características se encontra em alguma medida. A localização geográfica é evidente. Por ser um estado da federação brasileira, a vida econômica comum e a base política também se encontram, e podem ser exemplificadas pelos conceitos de “interesses gaúchos” e “bancada gaúcha” no âmbito federal. Se a religião e a língua parecem unir o estado ao Brasil, o mesmo poderia ser dito do Uruguai em relação à Argentina. Em termos lingüísticos o próprio uso do pronome “tu” no Rio Grande do Sul se torna um traço identitário, em contraste aos brasileiros, falantes de “você”. O sentimento de identidade comum é fortemente ligado à história da guerra separatista de 1835-1845 e à cultura do pampa (da parte do estado mais claramente ligada à região do Prata), enquanto o elemento das origens étnicas destaca mais a zona colonial, de forte influência alemã e italiana.

As identidades nacionais brasileira e gaúcha existem sobrepostas nos mesmos indivíduos, cada uma mais forte ou mais fraca conforme as experiências e a preferências de cada pessoa. Podemos imaginar, como um experimento mental, as atitudes de quatro sujeitos sul-rio-grandenses chamados Fulano, Beltrano, Sicrano e Irton.

Para Fulano, o Rio Grande do Sul é uma parte intrínseca do Brasil, bem como São Paulo e Pernambuco são partes intrínsecas do Brasil. Ele diz: “Ser sul-rio-grandense é necessariamente ser brasileiro, porque é uma subcategoria do ser brasileiro. Não existe a possibilidade de tensão entre os dois níveis”. Para Beltrano, o Rio Grande do Sul é uma parte do Brasil, mas não uma parte intrínseca. Também é uma entidade distinta que poderia ser separada do Brasil. Ele diz: “Ser sul-rio-grandense é ser também brasileiro, mas são duas identidades de tipos distintos. Existe a possibilidade de tensão entre as duas”. Para Sicrano, o Rio Grande do Sul é uma entidade essencialmente distinta que, por motivos históricos, faz parte do Brasil. Ele diz: “Ser sul-rio-grandense é ser brasileiro somente contingentemente. Sempre existe uma certa tensão entre as duas identidades”. Para Irton, o Rio Grande do Sul é uma entidade

distinta que foi subjugada pelo Brasil, mas não faz parte dele. Ele diz: “Ser sul-rio-grandense não é ser brasileiro: é ser dominado pelo Brasil. Os brasileiros são os outros”.

Exemplos de cada uma dessas posições podem ser encontrados nas ruas, nos parques e nos bares de Porto Alegre, mas seria difícil imaginar o mesmo leque de respostas num grupo de cariocas, que representariam uma posição de tal centralidade no Brasil que não faria sentido falar em “dominação”. Dentro do mundo da língua inglesa, o mesmo experimento pode ser repetido em várias situações, com exatamente os mesmos resultados. Em vez de sul-rio-grandenses na sua relação com o Brasil, podemos imaginar escoceses dentro do Reino Unido, ingleses dentro da União Européia, cidadãos de Virgínia e outros estados sulinos em relação aos Estados Unidos, ou australianos em relação ao mundo britânico, simbolizado, por exemplo, pela monarquia. Cada uma dessas situações representa a possível existência de uma nação dentro de outra nação ou entidade supranacional.

Com terminologia diferente, Darcy Ribeiro faz uma distinção muito parecida entre o Brasil e seu Sul, no livro *Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos*. Ele descreve como *Povos-Testemunho* os “representantes modernos das velhas civilizações autônomas sobre as quais se abateu a expansão européia”, como *Povos-Novos* aqueles que surgiram “pela fusão e aculturação de matrizes indígenas, negras e européias”, e como *Povos-Transplantados* aqueles formados “pela implantação de populações européias no ultramar, com a preservação do perfil étnico, da língua e da cultura originais” (p. 17). Conforme essa divisão – indígenas, mistos, europeus – Ribeiro identifica como *Povos-Testemunho* os “sobreviventes das civilizações Asteca e Maia” (México, Guatemala, Bolívia, Peru e Equador), além de grande parte do Velho Mundo (p. 18). São *Povos-Novos* “os brasileiros, os venezuelanos, os colombianos, os antilhanos, uma parte da população da América Central e do Sul dos Estados Unidos” (p. 27). Os *Povos-Transplantados* “são representados pelos Estados Unidos e Canadá e também pelo Uruguai e Argentina”, junto com a Austrália e a Nova Zelândia.

É evidente a coincidência entre as categorias que eu identifico como as nações neo-europeias e Ribeiro, como os *Povos-Transplantados*.

A única diferença, que reside justamente no sul do Brasil, é resultado de uma aplicação inconsistente da própria terminologia de Ribeiro. Para ele, os Estados Unidos (*Povo-Transplantado*) experimentaram “no Sul de seu território uma vasta intrusão escravista plasmada por um sistema produtivo tipo *plantation* que deu lugar a uma configuração correspondente à dos *Povos-Novos*” (p. 58). Como se fosse a situação exatamente inversa, o Brasil (*Povo-Novo*) “experimentou uma intrusão do tipo *transplantado* com a imigração maciça de europeus para sua região Sul, que emprestou àquela área uma fisionomia peculiar e deu lugar a um modo diferenciado de ser brasileiro”. Ribeiro não chega a soletrar o nome desse “modo diferenciado de ser brasileiro”, mas, se seguisse o modelo da sua própria descrição dos Estados Unidos, ele poderia dizer que a imigração maciça da região Sul deu lugar a uma configuração correspondente à dos *Povos-Transplantados*. Como está, parece que os Estados Unidos podem comportar mais do que um tipo de povo, mas o Brasil (tão vasto, tão pouco uniforme) não pode.

É pouco flexível, na verdade, a divisão do continente em “povos”, onde cada povo tem apenas um país e cada país tem apenas um povo. O próprio termo pressupõe não somente uma separação nítida entre um povo e outro, mas uma certa uniformidade dentro de um povo. Assim, os brasileiros (*Povo-Novo*) teriam que ser uniformemente mistos e os argentinos (*Povo-Transplantado*), uniformemente não-mistos, uniformemente europeus. A não ser que a diferença entre paulistas e baianos seja um mito, e a não ser que tomar mate seja um hábito espanhol herdado pelos argentinos, junto com o castelhano e o catolicismo, não é essa a situação. A distinção é muito mais entre *graus* de mistura do que a sua presença ou ausência. Por isso, prefiro usar o termo “nação”, que remete a uma identidade social e cultural, em vez de “povo”, que sugere uma uniformidade inexistente.

No mundo do Prata, se a Província Cisplatina não tivesse se separado do Império Brasileiro, seria hoje uma nação à parte dentro do Brasil, como o Quebec dentro do Canadá, em vez de ser a nação uruguaia e o país Uruguai. Se o Rio Grande do Sul tivesse encontrado o mesmo êxito na sua tentativa de separação, seria hoje um país, e não um estado federativo. Se o Rio Grande do Sul de repente se tornasse um país sobe-

rano, as mesmas sensações, os mesmos orgulhos, os mesmos símbolos, as mesmas datas comemorativas que possui hoje se tornariam sensações, orgulhos, símbolos e datas indiscutivelmente *nacionais*, sem nenhuma mudança na sua essência. Negar o termo “nação” à comunidade sul-riograndense, portanto, seria destituí-lo de utilidade analítica: uma nação é uma coletividade social, não uma mera identificação com uma ordem política. Se a história nos ensina qualquer coisa, é que o estado atual das coisas nunca é seu estado final. Podemos falar, então, em oito nações neo-européias: argentinos e uruguaios, falantes de castelhano; sul-riograndenses, falantes de português; quebequenses, falantes de francês; e estadunidenses, anglo-canadenses, australianos e neozelandeses, falantes de inglês.

Essas relações podem ser resumidas no quadro em anexo, que procura representar a relação entre as oito nações neo-européias, na segunda linha, e os níveis geográfico, político e lingüístico. A linha de cima representa as três Neo-Europas, ligadas às suas respectivas nações centrais: a Argentina, os Estados Unidos e a Austrália. A linha de baixo representa os quatro idiomas, e a penúltima, as regiões lingüísticas: as Américas lusófona, hispanófona e anglófona englobam maiorias das suas respectivas línguas, enquanto a América francófona e a Australásia são minoritárias. A linha do meio, realçada com traço mais forte, representa o nível político dos sete países, cinco dos quais podem ser identificados com a própria nação neo-européia. O Canadá é formado das suas nações anglófona (majoritária) e francófona (minoritária), e o Rio Grande do Sul é uma minoria neo-européia dentro do Brasil. Os Estados Unidos e a Austrália são majoritários em relação às suas regiões lingüísticas, e o Brasil é idêntico à América lusófona, não havendo nenhum outro país de língua portuguesa no continente.

Assim, podemos ver que cada nação e cada país encontra-se numa situação diferente de todos os outros. O Brasil, por exemplo, pode ser comparado diretamente com os outros países, mas também é o único país que é a sua própria região lingüística, podendo se comparar com, por exemplo, a América hispanófona como um todo. Sendo a Argentina e a Austrália os centros das suas respectivas Neo-Europas, as suas posições são bastante parecidas, mas a Austrália forma a maioria de

uma região lingüística bastante definida, a Australásia, que por sua vez é uma porção pequena do mundo anglófono, enquanto a Argentina forma uma minoria dentro da América hispanófona, que é majoritária em relação à língua espanhola. Se a região lingüística da Argentina fosse definida como, por exemplo, o Prata, as situações da Austrália e da Argentina seriam equivalentes, mas a tarefa de dividir a América hispanófona em sub-regiões nitidamente definidas é ingrata. Como país, a situação da Austrália pode ser comparado com a do Brasil. Dentro do universo da literatura ocidental, por exemplo, talvez não haja tanta diferença entre ser um país dominante de um idioma secundário (o Brasil) ou um país secundário de um idioma dominante (a Austrália). Em outras situações, porém, faz mais sentido tratar a Austrália como uma nação neo-européia, e compará-la com outras tais, como o Rio Grande do Sul. No mercado editorial da língua portuguesa, por exemplo, o Rio Grande é uma província pequena e periférica, que é exatamente a situação da Austrália no mercado anglófono.

Entre as quatro nações neo-européias de língua inglesa, a situação da Austrália pode não parecer a mais obviamente comparável com aquela do Rio Grande do Sul, mas dentro do mundo anglófono acaba sendo talvez a opção mais viável. Os Estados Unidos, sendo o próprio centro do mundo anglófono, são grandes demais para comparação com qualquer unidade menor que o Brasil como um todo, enquanto a Nova Zelândia é duplamente afastada daquele centro, sendo minoritária dentro de uma região lingüística também minoritária. Invaso pelo seu grande vizinho em 1812, bem como o Rio Grande foi invadido pelo Brasil uma geração depois, o Anglo-Canadá é uma possibilidade. No entanto, além da complicação evidente do seu convívio com outra nação neo-européia de língua diferente dentro do próprio país, o Anglo-Canadá é uma unidade que carece até de um nome oficialmente reconhecido, que contrasta fortemente com a identidade assertiva do estado gaúcho. A Austrália, por sua vez, possui uma identidade nítida, talvez por ser, como o Rio Grande do Sul, a nação central da sua língua na sua Neo-Europa. Em termos de localização geográfica, a Austrália foi, durante o século XIX, a região mais meridional do Império Britânico, bem como o Rio Grande foi do Império Brasileiro. Finalmente, e mais importante,

as duas nações ocupam uma latitude de clima marcadamente diferente daquele dos respectivos centros daqueles impérios, que se torna crucial ao considerar a estética do frio.

A geografia do frio, a estética do Contraste

O ensaio “A estética do frio” tem três movimentos. No primeiro, Vitor Ramil percebe que o frio é um fator crucial na diferença entre duas situações pessoais, no Rio de Janeiro e em Pelotas. No segundo, ele generaliza uma distinção equivalente entre as culturas oficiais de duas nações, o Brasil e o Rio Grande do Sul. No terceiro, ele volta ao nível individual para desenvolver sua estética do frio, uma estética evidentemente individual, mas identificada com a experiência coletiva da nação gaúcha.

A percepção inicial é o contraste entre dois conceitos da normalidade. No mês de junho, no Rio de Janeiro, Ramil assiste a duas matérias no *Jornal Nacional*: uma, sobre uma festa popular no calor do nordeste, é apresentada “num tom de absoluta normalidade”, e a outra, sobre “a chegada do frio no sul”, “num tom de anormalidade”, como se as imagens “estivessem chegando de outro país” (p. 264). Contrário à visão dos apresentadores, para Ramil é o calor da Bahia que é alheio, e o frio do Rio Grande do Sul que é imediatamente reconhecível, apesar do fato de ele estar de calção e chinelos no calor de Copacabana. Com esse contraste vem “a incômoda sensação de estar no exílio”: incômoda, suponho, não porque a sensação de exílio é intrinsecamente incômoda, mas porque se trata de um exílio que realça a distinção, esboçada acima, entre nação e país. Embora esteja dentro do seu país, Ramil se sente exilado das experiências e dos modos da sua nação, a sul-rio-grandense.

De uma percepção individual, o raciocínio avança ao nível coletivo: de “percebo então o quanto me sinto separado do Brasil” para “percebo o quanto o gaúcho se sente e o quanto realmente está separado do Brasil” (p. 263). Embora essa coletividade surja quase automaticamente, ela oculta uma série de relações possíveis. Em primeiro lugar, o gentílico “gaúcho” separa o Rio Grande do Sul dos outros estados do sul do Brasil,

inclusive de Santa Catarina, onde se encontram os lugares mais frios no mundo lusófono. Sendo nativo de Pelotas, não há motivo para Ramil identificar a sua própria percepção do frio com um outro estado a não ser o dele, mas a lacuna permanece. (Essa mesma lacuna surge também na divisão do Brasil literário em sete ilhas, feita por Vianna Moog na sua *Interpretação da Literatura Brasileira*.) Se o frio pode ser “metáfora amplamente definidora do gaúcho” (p. 263), pode funcionar da mesma maneira para o catarinense? Se o frio separa o gaúcho do Brasil, o que é que separa o gaúcho de Santa Catarina? Santa Catarina faz parte daquele Brasil do qual o gaúcho se sente separado, ou é outra coisa?

Em segundo lugar, se o gaúcho se distingue do catarinense, também não se confunde com *el gaucho* da Banda Oriental e da Argentina, terra que se estende para o sul do mundo, para onde o frio se confunde com o gélido e o glacial. É daquele mundo dos castelhanos que veio o gaúcho – tanto o tipo social em si quanto o seu nome –, mas Ramil não está incluindo o Rio Grande na região do Prata. Não é um tipo social de determinada origem histórica, o gaúcho do pampa, que é “irreversivelmente brasileiro” (p. 263), mas o gaúcho na sua acepção recente de sul-rio-grandense. Desta maneira, a coletividade descrita no texto de Ramil é política antes de cultural, e daí surge uma terceira complicação: a imagem visual que o autor identifica com o gaúcho-cidadão é justamente aquele do gaúcho-pampiano, e não, por exemplo, de um açoriano de Viamão, um alemão de Lajeado, um italiano de Flores da Cunha ou um sírio-libanês de Pelotas. A palavra “gaúcho” carrega dentro de si sempre dois sentidos mais ou menos distintos, mas usados como se fossem intercambiáveis. Ao chamar um habitante do estado de Minas Gerais de “mineiro”, só a cabeça mais perversa imaginária que o gentílico conferisse qualquer característica de um trabalhador no ramo da mineração, enquanto, ao aceitar o nome de “gaúcho”, o sul-rio-grandense (seja qual for a sua origem étnica) corre o sério risco de se confundir com o gaúcho histórico, o guerreiro das fronteiras, o centauro dos pampas, o monarca das coxilhas, peleador e marcador de gado xucro.

Com uma simples palavra, carregado de meio-século de mistificação e de cultura oficial, Ramil separa o pampa sul-rio-grandense do pampa tão parecido dos hermanos do Prata, separa a serra sul-rio-grandense da

serra tão parecida dos catarinenses, anexa essa serra “gaúcha” simbolicamente ao pampa “gaúcho”, e identifica um elemento do mundo natural – o frio – com uma unidade política. Num raciocínio parecido, o compositor lamenta que “a música urbana do Rio Grande do Sul era ... absolutamente indefinida” (p. 265): era “inadmissível”, portanto, não haver algo que unisse a música de Porto Alegre e de Pelotas, e a distinguísse das músicas de, por exemplo, Joinville e Montevidéu, como se uma unidade política fosse necessariamente uma unidade cultural.

Dizer que a identificação de uma cultura com um estado não é natural não é dizer que seja errado: não é mais errado do que qualquer outro simbolismo nacional. Como qualquer símbolo, porém, envolve o risco de mascarar diferenças importantes. Se é restritivo aceitar a visão homogeneizante do Brasil como um “país tropical”, também o é aceitar a sua contrapartida e reduzir todos os jeitos sul-rio-grandenses de ser a uma “imagem invernal de um gaúcho solitário tomando seu chimarrão, a olhar a imensidão fria do pampa sob o céu cristalino da manhã” (p. 266). Tal redução é realçada pelo próprio texto de Ramil, que começa e termina com a imagem (que nada tem nem de rural, nem de cristalino) da cidade de Pelotas sob “a umidade que faz os vidros e as tijoletas suarem” (p. 262), onde “a neblina desce e se instala” (p. 270).

Pode não ser rigoroso generalizar de uma experiência individual para a totalidade arbitrária de um estado, mas é muito fecundo pensar a partir da inserção individual na dupla tradição brasileira e gaúcha. No ensaio de Ramil, as conclusões sobre essa experiência dupla se encontram no último parágrafo antes da elaboração da estética em si, impulsionadas pela pergunta “qual é a minha tradição?” (p. 265). A pergunta é formulada não no sentido de “pertencço a qual tradição”, mas no sentido de “qual tradição pertence a mim”; não é, portanto, uma questão de um individual escolher entre tradições estanques, mas de descobrir como o passado, o presente e o trabalho dos outros encontram seu foco no individual. O compositor conclui que a sua tradição é dupla: pertencem a ele tanto a tradição brasileira, tropical, quanto “a tradição de um ‘país frio’”, sendo esta mais forte nele que aquela.

No seu ensaio “A Tradição e o Talento Individual”, T. S. Eliot descreve a tradição como, em primeiro lugar, um sentido histórico

que implica uma percepção do passado, não somente como algo que passou, mas como algo presente, e é justamente este sentido histórico “que torna um escritor mais agudamente ciente do seu lugar no tempo, da sua contemporaneidade” (p. 38). É isso, mas é mais do que isso. Apesar de ter nascido no interior dos Estados Unidos, àquela altura Eliot já tinha se aninhado na Europa, onde tudo é só uma questão de tempo: no Novo Mundo, a tradição não nos localiza apenas no tempo, mas também no espaço, e é neste sentido que Ramil usa o termo. Perguntar “qual é a minha tradição?” é também perguntar “qual é o meu lugar?”, e é através de uma comparação entre os contextos sul-rio-grandense e australiano que podemos perceber o sentido temporal e espacial da tradição.

Quando o contista João Simões Lopes Neto (1865-1916) nasceu em Pelotas, no extremo sul do Império Brasileiro, o Rio de Janeiro era sua capital e seu centro cultural: ir à Corte para estudar no Colégio Abílio era uma escolha natural. Quando um outro pelotense, Vitor Ramil (1962), ficou tomando chimarrão no seu apartamento em Copacabana na década de 1980, não havia mais império e o Rio não era sua capital, mas nem por isso tinha deixado de ser um centro cultural, um lugar tanto de irradiação de modelos culturais quanto de atração para aqueles que querem fazer carreira. Como escreve Ramil, “para qualquer brasileiro, vencer no centro do País é motivo de orgulho” (p. 264). Quando o contista Henry Lawson (1867-1922) nasceu em Grenfell, Austrália, no extremo sul do Império Britânico, Londres era sua capital e seu centro cultural: ir à metrópole na busca da fama era uma escolha natural. Quando outro australiano, o compositor e cantor David McComb (1962-1999), se estabeleceu no Reino Unido na década de 1980, não havia mais império e Londres não era sua capital, mas nem por isso tinha deixado de ser um centro cultural, chamando os australianos exatamente da mesma maneira que o Rio chama os rio-grandenses.

Como ficaria a citação de Ramil na boca de McComb? O equivalente de “brasileiro” teria que ser “britânico”, mas depois do fim do império, tal identidade se encolheu ao ponto de se referir somente ao seu ponto de origem, as Ilhas Britânicas. É como se a palavra “latino” voltasse a se referir somente à província italiana de Lazio, e não ao mun-

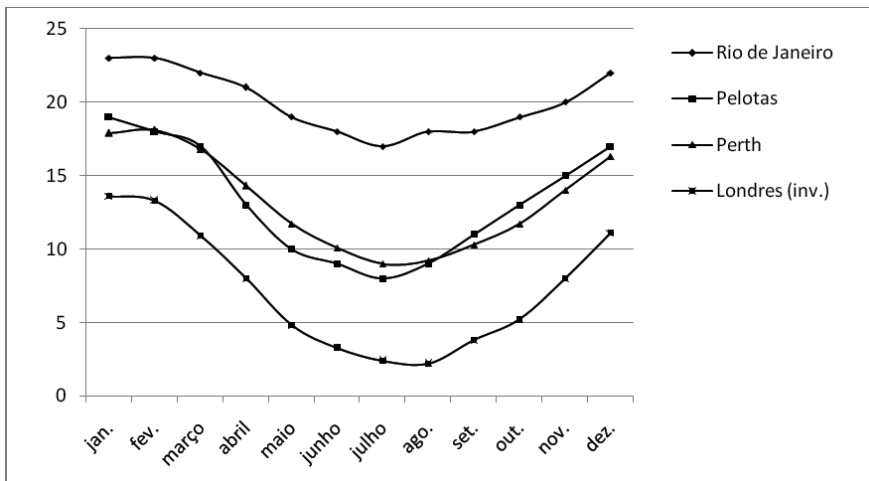
do todo que se criou na sua imagem. Por não fazer parte da mesma unidade política do seu centro cultural, também seria difícil para McComb encontrar uma expressão elegante equivalente a “o centro do País”. Se fosse realmente necessário, ele poderia dizer algo do tipo “para qualquer falante de inglês (fora os estadunidenses, que já são outra coisa), é motivo de orgulho vencer em Londres, mesmo que hoje em dia ela não queira dizer nada para nós em termos políticos”. A própria ausência de terminologia adequada mostra como o nacionalismo e as fronteiras políticas servem para mascarar o verdadeiro formato das relações entre as culturas. Se fazer parte do Brasil oculta o fato de o Rio Grande do Sul ser uma nação, ser um país independente oculta o fato de a Austrália ser uma província cultural de um mundo maior.

Ao comparar a trajetória de Ramil (Pelotas → Porto Alegre → Rio de Janeiro) com aquela de McComb (Perth → Sydney → Londres), as diferenças podem parecer mais óbvias do que as semelhanças. No nível político, o primeiro passo de Ramil é dentro do mesmo estado, e o segundo, dentro do mesmo país, enquanto os de McComb são primeiro para outro estado e depois para outro país em outro continente. Foi somente em 1973, porém, que os australianos perderam o seu status de súditos britânicos: para um australiano, pelo menos daquela época, o Reino Unido seria um outro país, um país diferente, mas ainda um país da mesma família, não um país estrangeiro. No nível ecológico, o Rio de Janeiro fica no Novo Mundo e Londres no Velho, mas nenhum dos dois fica na zona neo-européia. Em cada carreira, portanto, o primeiro passo é dado dentro de uma Neo-Europa, e o segundo, para fora dela.

Apesar das diferenças, as duas carreiras são perfeitamente equivalentes na sua relação com a tradição cultural. Pensando na situação de Vitor Ramil como sul-rio-grandense dentro do Brasil e naquela de David McComb como australiano dentro do mundo anglófono, temos os mesmos três termos: cidade natal (Pelotas, Perth), centro da sua nação neo-européia (Porto Alegre, Sydney), e capital cultural (Rio de Janeiro, Londres). Quando Ramil adota o frio para simbolizar a sua identidade gaúcha e a sua distância em relação ao Brasil, não é um frio absoluto, mas um frio relativo ao Rio de Janeiro, o centro cultural representado pela antiga capital imperial. Quando McComb lembra de Perth como

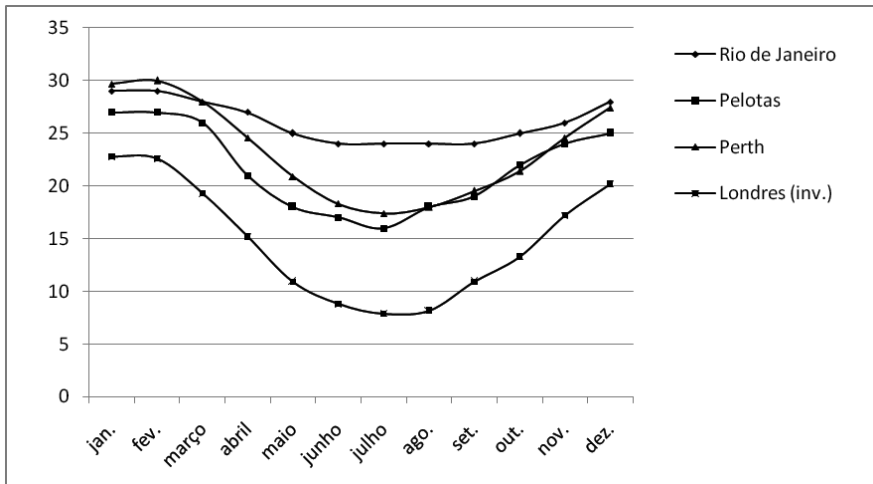
uma cidade de “céus limpos e azuis, esportes aquáticos ... e mais esportes aquáticos”, onde se faz “qualquer coisa para fugir do calor e do tédio da capital mais isolada do mundo” ¹, tal calor também não é absoluto, mas relativo. A Austrália tem lugares muito mais quentes do que Perth, mas o outro termo da relação não é australiano: é Londres, o centro do mundo britânico, a antiga capital imperial.

Porto Alegre, Pelotas, Perth e Sydney são, na verdade, muito parecidas tanto em latitude quanto em temperatura ². Porto Alegre é a mais setentrional, na latitude 30° S, e Sydney a mais meridional, na latitude 34° S; Pelotas e Perth ficam entre os paralelos 31 e 32. Pelotas e Sydney vencem em termos do frio: a média das temperaturas mínimas dos meses de junho, julho e agosto chega a 8,7°, comparada com 9,3° e 9,4° respectivamente para Porto Alegre e Perth. A verdadeira diferença aparece quando se compara esse grupo com o Rio de Janeiro, com confortáveis 17,7°, e Londres, com tristes 2,6°. (Dado o hábito dos europeus de ter o seu verão no meio do ano, no período normalmente ocupado pelo inverno, essa média se refere aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.) Para simplificar, o gráfico a seguir mostra as mínimas mensais somente para Pelotas, Perth, o Rio de Janeiro e Londres.



Temperaturas mínimas (°C)

Na média das temperaturas máximas dos três meses mais quentes, as diferenças não são tão nítidas: Porto Alegre é a mais quente das seis, com 30,3°, seguida por Perth (29,0°), Rio de Janeiro (28,7°), Pelotas (26,3°), Sydney (25,5°) e Londres (21,9°). O calor lembrado por McComb é, portanto, maior que aquele da Cidade Maravilhosa, mas não chega ao mesmo extremo que o verão de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, terra do frio. Será que os jovens surfistas de Porto Alegre que vão para Sydney se decepcionam com um clima muito parecido com aquele de Pelotas? Ou será que Pelotas somente tem fama de frio por fazer parte de um “país tropical”? O segundo gráfico mostra as temperaturas máximas, confirmando que o Rio é sempre mais quente que Pelotas, embora a diferença seja pouco expressiva no verão.

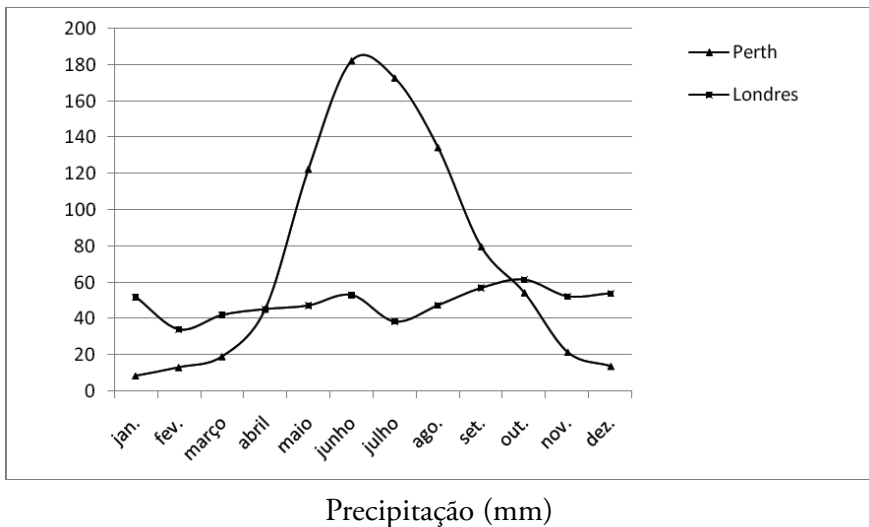


Temperaturas máximas (°C)

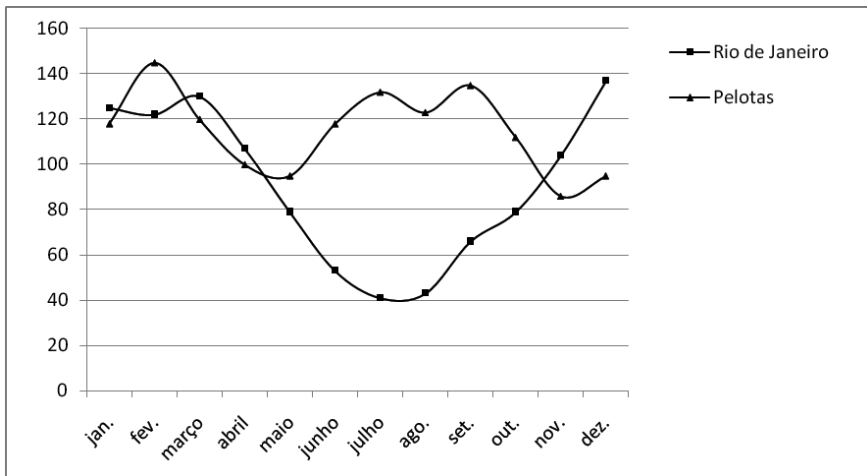
Quando a banda de David McComb, the Triffids, lançou o disco *Born Sandy Devotional* em 1986, um jornalista escrevendo numa revista em Londres o descreveu como “dez canções de amor e da vida numa paisagem subtropical hostil”; sua primeira música abre com uma evocação da luz forte e dos gritos das gaivotas numa praia, e várias outras faixas, tanto naquele disco quanto em outros, criam uma sensação de

verão. Essa percepção de hostilidade não é somente um ponto de vista inglês, e não depende somente – e talvez nem principalmente – do calor. A própria banda já tinha lançado três discos com os títulos *Treeless Plain* (Planície sem árvores), *Raining Pleasure* (Chovendo prazer) e *Love in Bright Landscapes* (Amor em paisagens de grande claridade), enfatizando a ausência de vegetação, a escassez de chuva e a luz cortante. McComb não teorizou publicamente sobre sua música, mas, conforme essas evidências, sua estética não era exatamente do calor, mas da aridez, e é aí mesmo que reside a única diferença importante entre o clima de Perth e aquele de Pelotas.

Ao comparar o volume de chuva de Pelotas, Perth, Rio de Janeiro e Londres, podemos chegar à conclusão de que a Princesa do Sul se destaca não tanto pelo frio, mas pela precipitação: são 1379 mm anuais, contra 1086 mm no Rio, 869 mm em Perth e míseros 584 mm em Londres. Mas como é que Perth pode ser tão árida, se recebe quase 50% mais chuva que Londres, cidade onde são poucas as pessoas que reclamam de um excesso de sol? A resposta fica na sazonalidade: Perth recebe 490 mm, ou 56% do seu total, durante os meses frios de junho a agosto, e somente 36 mm (4%) entre dezembro e fevereiro, diferença bem visível no próximo gráfico.



O contraste entre Londres e Perth se concentra, portanto, naqueles meses quentes e secos: temperaturas beirando os 30° e quase nada de chuva, e é essa estação que predomina nas músicas de McComb, desde “Hell of a Summer” (Inverno infernal) a “Holy Water” (Água sagrada) e “Too Hot to Move, Too Hot to Think” (Quente demais para se mexer, quente demais para pensar). Como mostra o último gráfico, os três meses mais frios são também os mais secos no Rio de Janeiro, mas ficam entre os mais chuvosos em Pelotas.



Precipitação (mm)

Para Ramil, é o contraste entre o calor do Brasil tropical e o frio do sul que impulsiona o pensamento, mas é a chuva e a umidade, e não o frio, que dominam as imagens de Pelotas no seu ensaio. Ao rejeitar o “ecletismo como herança cansada do tropicalismo” (p. 266), o compositor encontra seu norte não nos vidros embaçados de Pelotas, onde “se vê a neblina densa que, chegando devagar, descerá até o chão e transformará esta cidade planejada numa cidade infinita” (p. 262), mas na figura “imóvel e bem delineada do gaúcho, o céu claro, o verde regular e a linha reta do pampa no horizonte” e em palavras como “rigor, precisão, clareza” (p. 266). Ao inventar as “sete cidades frias” da milonga – Rigor, Profundidade, Clareza, Concisão, Pureza, Leveza e Melancolia – Ramil

foge tanto do calor do Rio de Janeiro quanto da umidade da sua cidade natal, para se identificar não exatamente com o frio, mas com a alma simbólica da nação gaúcha.

De volta da metrópole

Depois de experimentar o sucesso e a alienação dos centros dos antigos impérios, Vitor Ramil e David McComb voltam para as raízes locais – e até rurais – das suas respectivas nações neo-européias e produzem discos de uma beleza singela. No caso de Ramil, o disco *Ramilonga* leva no subtítulo e no texto de apresentação a estética do frio elaborada no ensaio. Embora gravado no Rio, o disco traz a marca dos ritmos do Prata, junto com letras de várias fontes. Somente quatro das onze faixas tem letra do próprio Ramil, ao lado de cinco de outros sul-rio-grandenses, um poema popular uruguaio e um poema do português Fernando Pessoa. No caso de McComb, o disco *In the Pines* (Entre os pinheiros) foi gravado pela própria banda num galpão construído para tosquiado de ovelhas, 600 km para o sudeste de Perth. As músicas talvez não sejam essencialmente diferentes daquelas dos discos anteriores, mas a estética mais informal, semi-acústica, representa um recuo do estilo “widescreen” de *Born Sandy Devotional*. De duas maneiras distintas, os discos dos dois compositores representam um desvio da trajetória que levava da cidade natal para a capital cultural: um desvio que leva a outras nações, mas que afirma estilos musicais especificamente neo-europeus.

No ensaio que compartilha seu nome com o disco *Ramilonga*, Ramil reconhece sua ligação com a tradição brasileira para depois concluir o seguinte:

Tenho mais forte a tradição de um “país frio”, a tradição de um “país deslocado” do Brasil, ao mesmo tempo tão próximo do Uruguai e da Argentina? É natural que eu atue com e a partir dessa tradição “fria”? Sim! Devo fazer valer este sentimento de “dupla personalidade”, devo querer o máximo desta “dupla cidadania”, fazer dela fonte de criação e não fonte de diluição da minha capacidade criadora. (p. 265).

A “dupla cidadania” é brasileira e gaúcha, e o contraste entre as tradições do calor e do frio distancia o Rio Grande do Sul do centro tradicional do seu país e o aproxima do Uruguai e da Argentina. A carreira Pelotas → Porto Alegre → Rio de Janeiro levou o compositor para centros urbanos cada vez maiores, cada vez mais longe das suas origens, cada vez mais perto da fonte de autoridade do seu sistema cultural. Com o desvio em direção aos países do Prata, e especificamente para a milonga, que não é um ritmo predominantemente urbano, os valores da trajetória anterior são redefinidos: o urbano não é um valor positivo em si, a distância das origens pode ser uma perda, não um ganho, e a autoridade cultural é encontrada não na capital imperial, mas no outro lado da fronteira. Antes, a trajetória profissional dos dois compositores foi descrita como cidade natal → centro da sua nação neo-européia → capital cultural. Para Ramil, o novo quarto termo representa, ao mesmo tempo, uma volta às origens e um apelo a uma autoridade paralela, na mesma Neo-Europa, mas em outro idioma. Resumindo os quatro termos em três, a trajetória é: origem neo-européia → metrópole não neo-européia → origem neo-européia enriquecida.

No caso de McComb, muitas faixas no disco *In the Pines* são fortemente marcados pela música *country* dos Estados Unidos. Bem como os ritmos e tonalidades do Prata, presentes nos discos anteriores de Ramil mas realçados em *Ramilonga*, *In the Pines* retrabalha influências já presentes na obra da banda, mas agora mais explicitadas. Dessa maneira, a trajetória do compositor mantém a mesma lógica daquela de Ramil: origem neo-européia → metrópole não neo-européia → origem neo-européia enriquecida. O sul-rio-grandense reforçou a própria cultura das suas origens com fontes da mesma Neo-Europa, mas em outro idioma; o australiano faz a mesma coisa, só que no mesmo idioma e em outra Neo-Europa. Antes de ser um produto banalizado, e antes de ser um gênero de um país ou de uma nação, *country* é uma música autêntica, uma música de raízes, fruto do contato entre a cultura musical das Ilhas Britânicas e os espaços abertos do Novo Mundo. Da mesma maneira que a guinada de Ramil ao Prata não é uma negação da sua cultura brasileira, mas uma afirmação de aspectos da sua cultura neo-européia que ultrapassam a fronteira lingüística, a guinada de McComb aos Estados

Unidos não é uma negação da sua cultura australiana ou britânica, mas uma afirmação de aspectos da sua cultura neo-européia que ultrapassam a distância entre os continentes.

Transpondo a citação de Ramil para McComb, então, o ponto em comum – o equivalente do frio – não seria mais o calor, nem outro elemento climático, e sim o próprio espaço: uma afirmação da diferença fundamental entre o Velho Mundo e o Novo, entre a Europa e a Neo-Europa.

Tenho mais forte a tradição de um “país vasto”, a tradição de um “país deslocado” da experiência britânica, ao mesmo tempo tão parecido com os Estados Unidos e o Canadá? É natural que eu atue com e a partir dessa tradição “de espaços abertos”? Sim!

No Rio Grande do Sul, onde não se pode viajar de carro uma hora sem encontrar algum povoado, essa sensação do espaço se perdeu, mas a memória da vastidão persiste na mitologia popular, na imagem de um tempo que passou, do gaúcho a cavalo no mar verde do pampa. Na Austrália, por outro lado, a vastidão permanece como uma experiência muito viva. Tomando as trajetórias dos dois compositores como exemplo, de Pelotas para Porto Alegre são apenas 271 km, e de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, mais 1553 km. Na década de 1980, quando Perth tinha uma população em torno de 800.000, a próxima cidade com mais que 100.000 pessoas ficava a 2725 km, (comparável com a distância entre Pelotas e Porto Seguro), e a primeira com mais do que um milhão de habitantes, a 3430 km. Para chegar a Sydney, são 4110 km de estrada, distância o suficiente para levar um Pelotense até João Pessoa. Para o segundo passo, de Sydney para Londres, são outros 17.000 km, o suficiente para viajar do Rio para Barcelona duas vezes³. O estado natal de David McComb, Western Australia, tem uma área de 2.525.500 km²: equivalente a um pouco mais do que a soma dos estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nessa área, igual a 30% do território brasileiro, moram somente 2.118.500

pessoas, dos quais 1.445.079 na capital, Perth. O Rio Grande do Sul tem 38 pessoas por quilômetro quadrado; Western Australia tem 0,8.

Não é de se surpreender, portanto, que a sensação de espaço aparece menos nas letras de Ramil do que naquelas de McComb. Em “Raining Pleasure” (Chovendo prazer), por exemplo, o sertão e o pecado são identificados como “nossa estação mais seca”, onde o sonho é ver o prazer chegar como a chuva num lugar onde “não chove faz quinze anos”. Em “Wide Open Road” (Estrada Aberta), a imagem da estrada se torna metáfora do fim de uma relação, de uma separação emocional onde “agora, pode ir a qualquer lugar que queira” quer dizer ao mesmo tempo ficar livre e ficar sem rumo. No disco *Ramilonga*, por outro lado, é principalmente nas três letras de João de Cunha Vargas que se encontra a vastidão do pampa pré-moderno, e não nas quatro de Ramil. “Assim me soltei no pampa”, canta o narrador de “Gaudério”, e “como é linda a liberdade sobre o lombo do cavalo”, o de “Deixando o Pago”. Entre as letras de Ramil, a própria “Ramilonga” e “Milonga de Sete Cidades” situam a milonga no contexto urbano: na primeira, “na tarde fria de Porto Alegre” onde “chega em ondas a música da cidade”; na segunda, nas sete cidades do título, jamais “solta no espaço”. “Causo Farrapo” remete ao tempo histórico da Guerra dos Farrapos, enquanto “Indo ao Pampa” procura fazer a ponte entre aquele tempo mitificado e a modernidade do presente, “quase ano 2000”.

É ilustrativo comparar esta última com a primeira faixa do disco *In the Pines*, “Suntrapper” (O Caça-Sol), já que as duas músicas representam a chegada da modernidade num lugar onde há homens que não sabem que estão vivendo no passado. “Indo ao Pampa” é narrado do ponto de vista do homem moderno, saudosista da autenticidade de outra época, enquanto o narrador de “Suntrapper” é um interiorano que não conhece nada que fique a mais que vinte milhas do lugar onde nasceu, e que experimenta a chegada da modernidade como medo, perda e confusão. O Caça-Sol do título é, ao mesmo tempo, um avião, um carro, o seu dono e todo o mundo das coisas brilhosas, um mundo que chega na cidadezinha, deixa todo mundo deslumbrado e seduz a irmã do narrador. O refrão, “Ela se foi foi foi / Levada pelo Caça-Sol”, canta a desintegração da estrutura social e dos papéis tradicionais, que se dis-

solvem perante as opções da vida moderna. A última estância da letra descreve a confusão e a destruição de um mundo que está a ruir – “De cima, motores de jato 747 / Arrancaram o telhado do meu pequeno casebre de madeira” –, mas o primeiro verso da música mostra que o narrador já foi absorvido pelo mundo novo e canta de dentro da modernidade: “Motorista, deixa-me contar um segredo”.

O narrador de “Indo ao Pampa”, por outro lado, é um homem urbano e moderno e, antes de tudo, um motorista: a letra começa com a frase “Vou num carro são”, e o lugar para onde ele vai é um interior que não é um mero espaço, mas um tempo não somente atrasado mas literalmente passado. Nada se fala das irmãs dos interioranos que ele encontra, porque eles estão em guerra: o motorista se encontra em 1838, durante a Guerra dos Farrapos, e com o projeto de ver os “séculos XIX e XXI fundidos sob o céu”. Para o narrador, o positivo está no lado dos guerreiros, homens que estão “pra lá dos homens do ano 2000”, enquanto ele mesmo se reconhece como um “futuro imperfeito”, que corre o risco de ser “um cego num espaço sem ar”. Para os Farrapos, porém, a modernidade traz certas vantagens: o carro do narrador consegue andar quando os cavalos estão exaustos e, com essa ajuda, o “campo verde” do início da letra se mancha com sangue, virando “campo rubro” no final. Se não faz mais nada, a modernidade ajuda a tornar a matança mais eficiente.

Mais do que isso, por mais que se queira recuperar o tempo ancestral e seus jeitos de ser, a modernidade acaba deslocando e apagando o passado. O motorista se vê como o futuro “de um passado sem lugar”, enquanto o próprio capitão dos Farrapos reconhece que “nosso tempo é todo teu”: não há mais nem espaço, nem tempo para aquele mundo heróico e pré-moderno. A missão do motorista, que se propõe como uma busca da autenticidade do pampa e do passado, na verdade tem o efeito contrário: é uma imposição de uma visão urbana e moderna no mundo dos homens de 1838, e a sua incorporação num mito que serve aos interesses do presente. Como se reconhece no refrão, não é simplesmente “eu indo ao pampa”, mas também “o pampa indo em mim”. Assim, o pampa não é um espaço autônomo em que se entra e onde se encontra uma verdade, e sim uma imagem que o homem da cidade leva consigo,

um espaço mítico que pode enriquecer a experiência concreta mas não depende dela. Não é a autenticidade que se encontra nessa busca, mas o próprio mito que se leva consigo: “vou num Caça-Sol”, diz o motorista, diz a modernidade, e “acho que é bem”.

A estranha familiaridade da música ocidental

Depois de *Ramilonga*, Vitor Ramil gravou os discos *Tambong* (2004) e *Longes* (2007) em Buenos Aires, dois discos que dão um salto para muito além do “frio definidor do gaúcho”. Infelizmente, a essa altura David McComb já estava morto, de uma combinação de drogas e um acidente no trânsito, sem entrar no século XXI, sem completar seus quarenta anos, e não há como saber o que teria sido a sua produção musical se tivesse sobrevivido.

Perguntaram-me, há poucos meses, qual tipo de música tocava a minha própria banda (não the Triffids) em Sydney na década de 1980, se era rock, e foi pensando nesses discos que respondi que tinha algo a ver com a música de Vitor Ramil. Com isso, eu queria dizer uma música eclética mas essencialmente urbana, preocupada mais com tonalidades, com espaços e com a relação entre a palavra e o som do que com batidas fortes e palavras de ordem. A reação do meu interlocutor me surpreendeu: “ah, MPB”. É o mesmo gesto que reduz tudo que seja música popular da Austrália à categoria de “surf music”, mesmo quando não tem nada a ver com praias e pranchas, mesmo quando vem de cidades como Sydney e Melbourne, mais frias e mais meridionais que Pelotas.

Quando ouço *Tambong* e *Longes*, com os meus ouvidos de australiano morando há dez anos em Porto Alegre, confesso que não ouço “música brasileira”, nem “música gaúcha”, mas uma música que é ao mesmo tempo ocidental e muito particular. Ramil absorve Chico Buarque em “De Banda” da mesma maneira que manipula Bob Dylan em “Um dia Você vai servir a Alguém”. McComb, do mesmo jeito, fez uso não somente da música country, mas também do tango, na faixa “The Clown Prince” (O príncipe-palhaço). Bem como essas influências não

tornaram McComb nem americano, nem argentino, os ingredientes utilizados por Ramil não tornam a sua música representativa de nenhum país, nem o seu.

Vitor Ramil poderia ter ido a Buenos Aires para lançar a sua carreira, mas escolheu o Rio de Janeiro. Afinal, faz parte do mesmo país, lá se fala a mesma língua, nem se precisa de passaporte. David McComb poderia ter levado a sua banda para se lançar nos Estados Unidos, mas foi para Londres. “Não foi resultado de nenhum plano cuidadoso”, ele informou, “é só que seria mais difícil conseguir visto de trabalho para os EUA”. Nos dois casos, portanto, o hábito cultural e a comodidade administrativa reforçaram a trajetória tradicional, que leva ao centro do velho império. McComb, sendo um australiano na Inglaterra, não teria motivo para se confundir com os ingleses, por mais que tenha laços fortíssimos ligando as duas nações. Ramil, por outro lado, era um brasileiro no Brasil, e foi necessário experimentar o estranhamento de ver o inverno sul-rio-grandense na televisão para perceber a distância cultural entre os seus próprios instintos e aqueles de um país tropical. Para os dois, porém, foi a capacidade de jogar com mais de uma tradição, sem deixar de pensar e de criar a partir do seu próprio lugar, que os deixou livres para produzir músicas que dialogam não somente com um país, um estado ou uma nação, mas com o ocidente. São músicas que transcendem a necessidade de representar uma coletividade qualquer, para se dedicar à tarefa maior de refletir a experiência da consciência ocidental nos espaços do Novo Mundo.

Notas

¹ Todas as citações referentes a McComb, inclusive as das suas letras, encontram-se no site oficial da sua banda, The Triffids. Citações das letras de Ramil são do encarte do disco *Ramiltonga*.

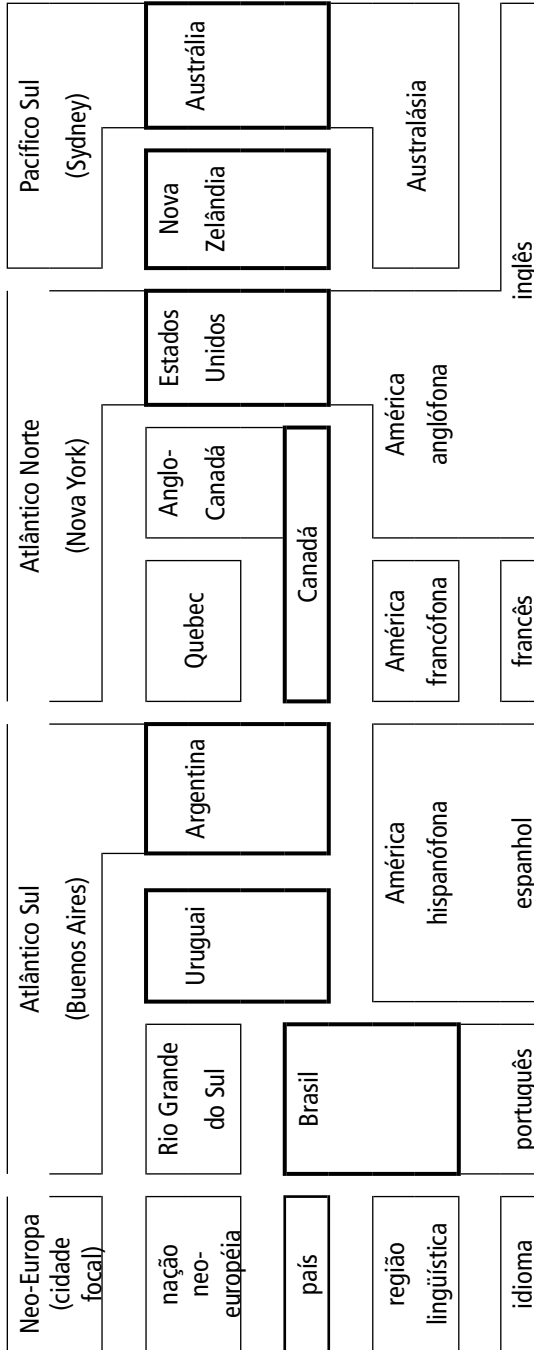
² Dados de latitude e clima encontrados nas páginas da Wikipédia.

³ Distâncias intercontinentais calculadas usando Google Earth. Distancias terrestres encontradas nas páginas <<http://www.sydney.com.au/distance-between-australia-cities.htm>> e <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>>.

Referências Bibliográficas

- CROSBY, Alfred W. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ELIOT, T. S. Tradition and the individual talent. In: KERMODE, Frank (ed.). *Selected prose of T. S. Eliot*. London: Faber, 1975. p. 37-44.
- EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin dictionary of international relations*. London: Penguin, 1998.
- RAMIL, Vitor. A estética do frio. In: GONZAGA, Sergius (org.); FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p. 262-70.
- _____. *Ramilonga: A estética do frio*. Pelotas: Satolep Music, 1997. 1 CD (11 faixas).
- _____. *Tambong*. Pelotas: Satolep Music, 2004. 1 CD (14 faixas).
- _____. *Longes*. Pelotas: Satolep Music, 2007. 1 CD (14 faixas).
- RIBEIRO, Darcy. *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- THE TRIFFIDS. *Treeless plain*. Sydney: Hot Records, 1983. 1 LP (12 faixas).
- _____. *Raining pleasure*. Sydney: Hot Records, 1984. 1 LP (7 faixas).
- _____. *Born Sandy Devotional*. Sydney: Hot Records, 1986. 1 CD (10 faixas).
- _____. *In the pines*. Sydney: Hot Records, 1986. 1 CD (13 faixas).
- _____. *Calenture*. Sydney: White Hot Records, 1988. 1 CD (12 faixas).
- _____. *The black swan*. Sydney: White Hot Records, 1989. 1 CD (13 faixas).
- _____. *Home Page*. Disponível em: <<http://thetriffids.com/sitefiles/BSD.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

Anexo 1



As oito nações neo-europeus e os níveis geográfico, político e lingüístico